



Prefeitura de Tamboril

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-PE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20240205001



Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Tamboril-CE, por meio do(a) Pregoeiro, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 10 de maio de 2024

Horário da sessão pública: 08:30

Critério de julgamento: Menor Preço por Lote

Modo de disputa: Aberto e fechado

Link: compras.m2atecnologia.com.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA E FRETAMENTO DE VEÍCULOS, DESTINADO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será subdivida em Lote, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos Lote forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A vedação de que trata o item 2.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



Prefeitura de Tamboril

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.11.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

4.1.2. Marca, quando cabível;

4.1.3. Fabricante, quando cabível;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

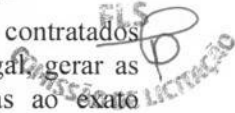
5.6. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço do Lote

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais)

5.10. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.





Prefeitura de Tamboril

5.10.1. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2.. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.2.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12.3.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12.6. Serão considerados intermediários os lances:

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17.. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.





5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, **no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



Prefeitura de Tamboril

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

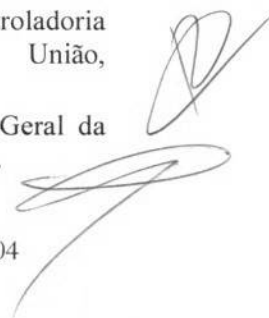
5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :**

- a. Sistema de Cadastramento de Fornecedores;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União,
<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.





6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.6 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.18. Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 7.11.1, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

- I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;
- II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;
- III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.

7.19. A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 7.11.1.

7.20. A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 7.11.1. Expirado o prazo sem o envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão;



8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Prefeitura de Tamboril

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.





9.4.2. Para as infrações previstas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 9.1.1 a 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 9.1.4 a 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 9.1.1 a 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: compras.m2atecnologia.com.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Prefeitura de Tamboril

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico compras.m2atecnologia.com.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:


ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO I.1 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato



Tamboril/CE, 23 de abril de 2024


ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAUJO
VERAS SECRETÁRIO DE
INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
PÚBLICOS


CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA
SECRETÁRIA DE SAÚDE



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20240205001**

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA E FRETAMENTO DE VEÍCULOS, DESTINADO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| LOTE 1 | | | | | |
|---|--|--------|-----|----------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | UND | V. UNIT | V. TOTAL |
| 1 | FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 25.000 | KM | R\$ 6,24 | R\$ 156.000,00 |
| ESPECIFICAÇÃO: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | | |
| 2 | VEÍCULO TIPO MINIVAN, COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.800CC FLEX. GASOLINA/ÁLCOOL, CARACTERÍSTICAS: FABRICAÇÃO NACIONAL, 05 (CINCO) PORTA COM CAPACIDADE PARA 07 (SETE) PASSAGEIROS, AIR BAG FRONTAL PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO, FREIOS ABS, EBD, TRANSMISSÃO MANUAL DE ATÉ 06 VELOCIDADES, RODAS ARO 16" OU SUPERIOR AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, VIDROS ELÉTRICOS, ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS NA COR DO VEÍCULO, PROTETOR | 25.000 | KM | R\$ 6,55 | R\$ 163.750,00 |



Prefeitura de Tamboril



| | | | | | |
|---|--|--------|----|----------|----------------|
| | DE MOTOR E CÁRTER, CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS E TRASEIROS DE 03 PONTOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE, TODOS ITENS OBRIGATÓRIOS, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO: VEÍCULO TIPO MINIVAN, COM MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.800CC FLEX. GASOLINA/ÁLCOOL, CARACTERÍSTICAS: FABRICAÇÃO NACIONAL, 05 (CINCO) PORTA COM CAPACIDADE PARA 07 (SETE) PASSAGEIROS, AIR BAG FRONTAL PARA O MOTORISTA E PASSAGEIRO, FREIOS ABS, EBD, TRANSMISSÃO MANUAL DE ATÉ 06 VELOCIDADES, RODAS ARO 16" OU SUPERIOR AR-CONDICIONADO, DIREÇÃO ELÉTRICA PROGRESSIVA, VIDROS ELÉTRICOS, ESPELHOS RETROVISORES ELÉTRICOS NA COR DO VEÍCULO, PROTETOR DE MOTOR E CÁRTER, CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS E TRASEIROS DE 03 PONTOS, TRAVA ELÉTRICA DAS PORTAS COM ACIONAMENTO NA CHAVE, TODOS ITENS OBRIGATÓRIOS, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | | |
| 3 | FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 20.000 | KM | R\$ 6,24 | R\$ 124.800,00 |
| ESPECIFICAÇÃO: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | | |
| 4 | FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE | 40.000 | KM | R\$ 6,24 | R\$ 249.600,00 |



| | | | | | |
|---|--|--|--|--|-----------------------|
| TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | | COMISSÃO DE LICITAÇÃO |
| ESPECIFICAÇÃO: FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | | | | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 694.150,00 (SEISCENTOS E NOVENTA E QUATRO MIL, CENTO E CINQUENTA REAIS) | | | | | |

| LOTE 2 | | | | | |
|--|---|-------|-----|------------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD | UND | V. UNIT | V. TOTAL |
| 5 | LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA. | 3.000 | HR | R\$ 329,45 | R\$ 988.350,00 |
| Especificação: LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA. | | | | | |
| VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 988.350,00 (NOVECENTOS E OITENTA E OITO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS) | | | | | |

| |
|--|
| VALOR TOTAL R\$ 1.682.500,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS REAIS) |
|--|

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL



5.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 meses, contado da emissão da assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível a execução dos serviços no prazo avençado, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).



6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações



Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.17. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);



8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, conforme dispõe o art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

8.29. **Garantia** nos termos do Artigo 58, § 1º, da Lei nº 14.133/21, no montante de 1% do valor estimado da licitação constante no item 1.0 deste a ser realizada junto a Secretaria de Infraestrutura e Serviços Público (Lote 1) e Secretaria de Saúde (Lote 2) do Município de TAMBORIL/CE.

8.30. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização;

8.31. Ao optar por caução em dinheiro, os interessados deverão efetuar depósito ou transferência bancária para a **Agência: 4372 Conta Corrente: 3-9**, Banco: **Caixa Econômica Federal** cujo comprovante deve ser apresentado no envelope lacrado referente a habilitação;

8.32. Caso a modalidade de garantia recair em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, com exceção dos Títulos da Dívida Agrária;

8.33. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a fiança bancária, o licitante entregará o documento original, junto a sua habilitação, fornecido pela instituição que a concede, do qual deverá obrigatoriamente constar:

a) Beneficiário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL/CE.

b) Objeto: Garantia de Participação na PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-PE.

c) Valor: 1% (um por cento) do valor estimado.



d) Prazo de validade: 12 (doze) meses.

8.34. Caso a modalidade de garantia seja o Seguro Garantia, o licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou de documento hábil expedido pela seguradora, cuja vigência será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da fase de lances;

8.35. A liberação de qualquer das garantias somente será feita, para o(s) licitante(s) inabilitado(s), após concluída a fase de habilitação e, para demais, somente após o encerramento de todo o processo licitatório;

8.36. A garantia da proposta poderá ser executada:

- a) Se o licitante retirar sua proposta comercial durante o prazo de validade da mesma;
- b) Se o licitante não firmar o contrato.

Qualificação Técnica

8.37. Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de serviços executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, expedida por entidade pública ou privada, usuária do serviço em questão, comprovando a prestação dos serviços. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. Devidamente registrado/averbado no CRA - Conselho Regional Administração. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo(a) Presidente(a) ou quem este indicar.

- a) nome, CNPJ e endereço completo da pessoa jurídica tomadora dos serviços e emitente do atestado;
- b) nome e CNPJ da empresa que prestou o serviço;
- c) descrição dos serviços;
- d) período de execução do serviço;
- e) local e data da emissão do atestado;
- f) identificação (nome e cargo ou função) e assinatura do signatário do atestado.

8.38. Prova de inscrição, ou registro, da LICITANTE junto ao Conselho Regional Administração (CRA), da localidade da sede da PROPONENTE.

8.39. Caso a apresentação do(s) atestado(s), declaração(ões) ou certidão(ões) não sejam suficientes para o convencimento do Agente de Contratação/Pregoeiro, promover-se-á diligência para a comprovação da capacidade técnica, conforme preconiza o art. 64 da Lei nº 14.133/21.

8.40. Declaração formal, de disponibilidade das máquinas, equipamentos e veículos (marca/modelo) devendo a comprovação acontecer quando houver a convocação para assinatura do contrato no qual será apresentada documentação hábil a comprovar a sua condição de vinculação do veículo com a empresa (próprio, arrendado, alugado ou a ser adquirido).

8.41. Comprovação da licitante de possuir, em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior na área de administração ou tecnólogo em gestão de áreas compatíveis com administração, devidamente inscrito no Conselho Regional de Administração – CRA.

8.42. É vedada a participação de profissional como responsável técnico de mais de uma licitante, caso em que, constatado tal fato, deverá o profissional optar por uma das licitantes, inabilitando as demais, sob pena de inabilitação sumária de todas as concorrentes.

- a) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente;
- b) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Prestação dos Serviços.



c) O sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato social e aditivos, se houver, devidamente registrado(s) na Junta Comercial.

8.43. A proponente Deverá apresentar Certidão de Regularidade dos Profissionais junto ao Conselho Regional de Administração – CRA

8.44. Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da licitante e de seu (s) responsável (eis) na entidade profissional competente. (Exceto para o lote 2)

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na(s) dotação(ões) 1701.15.122.0032.2.077 - Manutencao das Atividades da Sec. de Inf ra Estrutura e Serv. Publicos, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903912 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; 0501.10.122.0031.2.034 - Manutencao da Secretaria Municipal de Saude, no(s) elemento(s) de despesa(s): 33903974 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

TAMBORIL/(CE), 23 de abril de 2024

**ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAUJO
VERAS
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO
TERMO DE REFERÊNCIA**

**CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO
TERMO DE REFERÊNCIA**



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20240205001

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A Prefeitura Municipal de Tamboril-CE, frente às crescentes demandas por transportes eficazes e seguros para pacientes que necessitam realizar tratamentos de hemodiálise, identificou a essencial necessidade de contratar serviços especializados na locação de veículos e máquinas. Este serviço visa prover meios de transporte adequados para pacientes, garantindo o acesso ao tratamento médico necessário em locais fora do distrito de residência, especificamente para deslocamentos do distrito de Boa Esperança e Oliveira a Crateús, onde se realizam tais tratamentos.

Adicionalmente, a contratação se faz necessária para atender às demandas de infraestrutura pública da Prefeitura, por meio da locação de motoniveladora, como parte das atividades de manutenção e aprimoramento das vias públicas municipais, fundamentais para a segurança e mobilidade urbana.

Esta contratação se alinha aos objetivos estratégicos do município em promover a saúde pública, o bem-estar da população e o desenvolvimento sustentável da infraestrutura local. Portanto, a locação de veículos e máquinas não apenas atende a uma necessidade imediata de transporte para pacientes em tratamento de hemodiálise, mas também contribui para a durabilidade e eficácia da malha viária municipal, garantindo assim a continuidade dos serviços públicos essenciais.

2. Área requisitante

| Área requisitante | Responsável |
|--|---------------------------------------|
| Sec. de Infra Estrutura e Serv. Públicos | ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAUJO VERAS |
| Secretaria de Saúde | CICERA ERICA NASCIMENTO SANTANA |

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

A definição dos requisitos de contratação é etapa crucial para garantir que a solução escolhida atenda às necessidades do Município de Tamboril-CE de maneira eficiente, econômica e sustentável. Estes requisitos devem ser claramente fundamentados, visando facilitar a seleção de propostas que cumpram com padrões mínimos de qualidade e desempenho, bem como integrar práticas de sustentabilidade e observância às legislações específicas aplicáveis.



Requisitos Gerais:

- Os veículos e máquinas locados devem possuir uma manutenção preventiva e corretiva, garantindo sua operacionalidade durante o período de contratação.
- Os fornecedores devem comprovar experiência anterior na prestação do tipo de serviço contratado.
- A documentação de todos os veículos e máquinas deve estar rigorosamente em dia, incluindo seguros obrigatórios e outras licenças aplicáveis.

Requisitos Legais:

- Conformidade com todas as normas de trânsito e transportes aplicáveis, conforme legislação vigente.
- Observância à Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pela Administração Pública.
- Atendimento às normas ambientais vigentes, incluindo a gestão e disposição adequada de resíduos e poluentes.

Requisitos de Sustentabilidade:

- Veículos com classificação A no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do INMETRO, promovendo a eficiência energética.
- Priorização de veículos de tecnologia flex (gasolina/álcool) ou elétricos, em alinhamento com as políticas de desenvolvimento nacional sustentável.
- Adoção de práticas sustentáveis na manutenção e operação dos veículos e máquinas, incluindo o treinamento de motoristas para práticas de direção econômica.

Requisitos da Contratação:

- Capacidade dos veículos locados em atender as rotas e quantidades especificadas no termo de referência, de forma segura e eficiente.
- Os veículos de passeio e tipo Minivan devem dispor de ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, cintos de segurança retráteis e limpadores de pára-brisa dianteiros e traseiros.
- Para a motoniveladora, é requerida potência mínima de 140HP e inclusão de sistemas que assegurem a redução do consumo de combustível e das emissões.
- Fornecimento de motoristas qualificados e devidamente licenciados para a condução dos tipos de veículos e máquinas objeto desta contratação.

Ao especificar estes requisitos, pretende-se não apenas garantir o atendimento adequado à demanda do Município de Tamboril-CE, mas também promover a competição leal entre os potenciais fornecedores, abstendo-se de inserir exigências desnecessárias ou demasiadamente específicas, que possam limitar o universo de participantes sem justificativa plausível. Esta abordagem se alinha aos princípios de economicidade, eficiência e desenvolvimento nacional sustentável, conforme preconiza a Lei 14.133/2021.

4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado para a prestação de serviços de locação de máquina e



fretamento de veículos destinados a atender as necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE trouxe à tona diversas soluções possíveis disponibilizadas tanto por fornecedores quanto observadas em práticas de outros órgãos públicos. As soluções identificadas incluem:

- Contratação direta com o fornecedor: Seleção de uma empresa através de um processo licitatório com uma proposta que atenda todas as necessidades do município, considerando os critérios de sustentabilidade, eficiência energética, manutenção e operacionalidade.
- Contratação através de terceirização: A prestação dos serviços é realizada por uma empresa terceirizada especializada, responsável por gerir todo o processo, desde a provisão dos veículos e máquinas até a manutenção e o fornecimento de operadores e motoristas qualificados.
- Consórcio entre municípios: Formação de um consórcio com outros municípios para a contratação conjunta dos serviços, permitindo maior poder de negociação e possibilidade de redução de custos.
- Locação compartilhada: Acordo com outras entidades ou secretarias para compartilhar a utilização dos veículos e máquinas, otimizando o uso dos recursos e reduzindo custos.
- Formas alternativas de contratação: Inclusão de cláusulas de desempenho e eficiência, bonificações por reduções de consumo de combustíveis fósseis e adesão a tecnologias menos poluentes.

Após análise detalhada, considerando as necessidades específicas de transporte de pacientes para tratamento de hemodiálise, assim como as demandas por serviços de infraestrutura das Secretarias do Município de Tamboril-CE, a solução mais adequada aparenta ser a contratação através de terceirização. Este modelo apresenta flexibilidade para adequação às demandas variáveis, responsabilidade da terceirizada pela manutenção e operação dos veículos e máquinas, garantia de eficiência energética e conformidade com as políticas de sustentabilidade, sem exigir investimentos iniciais significativos e complexidade de gestão diretamente pelo Município. A opção pela terceirização também permite ao município concentrar seus esforços e recursos em suas atividades principais, assegurando a prestação de serviços de qualidade à população, enquanto alinha a contratação às práticas de desenvolvimento nacional sustentável conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.

5. Descrição da solução como um todo

Após um metódico processo de estudo e análise das diferentes soluções disponíveis no mercado, considerando os preceitos da Lei nº 14.133/2021 sobre licitações e contratos administrativos, chegamos à definição da solução mais adequada para atender às necessidades do Município de Tamboril-CE na contratação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos. A solução escolhida foi fundamentada em uma rigorosa avaliação técnica e econômica, obedecendo ao princípio da eficiência e da busca pelo melhor aproveitamento dos recursos públicos, conforme estipula o artigo 11 da referida lei, que visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Considerando as particularidades do serviço a ser contratado, foi identificada a necessidade de contratação de serviços de fretamento de veículos para transporte de



pacientes que necessitam realizar tratamento de hemodiálise e locação de motoniveladora para atendimento das demandas operacionais e de infraestrutura das secretarias do município. A solução proposta inclui:

1. **Fretamento Contínuo de Veículos:** Veículos de passeio e minivans com capacidades específicas para transportar pacientes em segurança e conforto, incluindo motorista e combustível, atendendo aos requisitos específicos de sustentabilidade e eficiência energética, com veículos classificados com a etiqueta A no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do INMETRO e adoção de motorização flex ou elétrica, visando o alinhamento com as políticas de desenvolvimento nacional sustentável.
2. **Locação de Motoniveladora:** Equipamento com potência mínima de 140HP, oferecendo operador, combustível e manutenção preventiva e corretiva, com sistemas que garantam a redução de consumo de combustível e emissões, indo ao encontro dos requisitos de eficiência operacional e minimização do impacto ambiental.

A opção por veículos com tecnologias de redução de emissões e máquinas que ofereçam operações eficientes evidencia o compromisso do Município com práticas sustentáveis, indo de encontro ao estipulado no art. 26 da Lei nº 14.133/2021, que fomenta a adoção de soluções que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Além disso, a atenção à modalidade de contratação sugerida visa assegurar os melhores termos de economicidade, eficiência na gestão dos recursos públicos e alinhamento estratégico com os objetivos de desenvolvimento e atendimento às necessidades municipais.

Foram realizadas pesquisas de mercado que indicaram ser esta a solução de melhor custo-benefício, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que orienta a definição do valor estimado da contratação em patamares compatíveis com os praticados no mercado. A escolha fundamenta-se ainda na competitividade e na transparência, garantindo o acesso a serviços de qualidade e ambientalmente responsáveis, conforme os princípios norteadores da referida lei.

Portanto, a escolha pela solução apresentada justifica-se pela sua abrangência na resposta às demandas municipais, observando princípios de eficiência, sustentabilidade e responsabilidade fiscal, cumprindo integralmente com as disposições legais vigentes e garantindo o bem-estar da população atendida.


6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. |
|------|---|------------|------------|
| 1 | FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 25.000,000 | Quilômetro |



Prefeitura de Tamboril

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL
205

UND. 
CARTÃO DE LICITAÇÃO

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. |
|--|-----------|------|------|
| <p>Especificação: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).</p> | | | |

| | | | |
|---|---|------------|------------|
| 2 | <p>Veículo Tipo Minivan, com motorização mínima de 1.800cc flex. Gasolina/álcool, características: fabricação nacional, 05 (cinco) porta com capacidade para 07 (sete) passageiros, air bag frontal para o motorista e passageiro, freios ABS, EBD, Transmissão manual de até 06 velocidades, rodas aro 16" ou superior ar-condicionado, direção elétrica progressiva, vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos na cor do veículo, protetor de motor e cárter, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 03 pontos, trava elétrica das portas com acionamento na chave, todos itens obrigatórios, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).</p> | 25.000,000 | Quilômetro |
|---|---|------------|------------|

Especificação: Veículo Tipo Minivan, com motorização mínima de 1.800cc flex. Gasolina/álcool, características: fabricação nacional, 05 (cinco) porta com capacidade para 07 (sete) passageiros, air bag frontal para o motorista e passageiro, freios ABS, EBD, Transmissão manual de até 06 velocidades, rodas aro 16" ou superior ar-condicionado, direção elétrica progressiva, vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos na cor do veículo, protetor de motor e cárter, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 03 pontos, trava elétrica das portas com acionamento na chave, todos itens obrigatórios, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | |
|---|---|------------|------------|
| 3 | <p>FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).</p> | 20.000,000 | Quilômetro |
|---|---|------------|------------|

Especificação: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | |
|---|---|------------|------------|
| 4 | <p>FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).</p> | 40.000,000 | Quilômetro |
|---|---|------------|------------|

Especificação: FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRÁTEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | |
|---|--|-----------|------|
| 5 | <p>LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA.</p> | 3.000,000 | Hora |
|---|--|-----------|------|

Especificação: LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA.

7. Estimativa do valor da contratação



Prefeitura de Tamboril



| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. | V. UNIT (R\$) | V. TOTAL (R\$) |
|------|--|------------|------------|---------------|----------------|
| 1 | FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 25.000,000 | Quilômetro | 6,24 | 156.000,00 |

Especificação: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE BOA ESPERANÇA À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | | | |
|---|--|------------|------------|------|------------|
| 2 | Veículo Tipo Minivan, com motorização mínima de 1.800cc flex. Gasolina/álcool, características: fabricação nacional, 05 (cinco) porta com capacidade para 07 (sete) passageiros, air bag frontal para o motorista e passageiro, freios ABS, EBD, Transmissão manual de até 06 velocidades, rodas aro 16" ou superior ar-condicionado, direção elétrica progressiva, vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos na cor do veículo, protetor de motor e cárter, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 03 pontos, trava elétrica das portas com acionamento na chave, todos itens obrigatórios, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 25.000,000 | Quilômetro | 6,55 | 163.750,00 |
|---|--|------------|------------|------|------------|

Especificação: Veículo Tipo Minivan, com motorização mínima de 1.800cc flex. Gasolina/álcool, características: fabricação nacional, 05 (cinco) porta com capacidade para 07 (sete) passageiros, air bag frontal para o motorista e passageiro, freios ABS, EBD, Transmissão manual de até 06 velocidades, rodas aro 16" ou superior ar-condicionado, direção elétrica progressiva, vidros elétricos, espelhos retrovisores elétricos na cor do veículo, protetor de motor e cárter, cintos de segurança dianteiros e traseiros de 03 pontos, trava elétrica das portas com acionamento na chave, todos itens obrigatórios, PARA O TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE NECESSITAM REALIZAR TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE, COM DESLOCAMENTODISTRITO DE OLIVEIRAS À CRATEÚS, JUNTO SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).



Prefeitura de Tamboril



| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. | V. UNIT (R\$) | V. TOTAL (R\$) |
|------|--|------------|------------|---------------|----------------|
| 3 | FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 20.000,000 | Quilômetro | 6,24 | 124.800,00 |

Especificação: FRETAMENTO DE VEÍCULO DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | | | |
|---|--|------------|------------|------|------------|
| 4 | FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO). | 40.000,000 | Quilômetro | 6,24 | 249.600,00 |
|---|--|------------|------------|------|------------|

Especificação: FRETAMENTO DE DOIS VEÍCULOS DE PASSEIO COM CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PESSOAS, COM MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.0, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, CINTOS DE SEGURANÇA RETRATEIS, LIMPADORES DE PÁRA-BRISA DIANTEIROS E TRASEIROS, DOCUMENTAÇÃO EM DIA E EM ORDEM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE TAMBORIL/CE. (COMBUSTÍVEL E MOTORISTA POR CONTA DO CONTRATADO).

| | | | | | |
|---|---|-----------|------|--------|------------|
| 5 | LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA. | 3.000,000 | Hora | 329,45 | 988.350,00 |
|---|---|-----------|------|--------|------------|

Especificação: LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA: POTÊNCIA MÍNIMA 140HP, COM OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PELA CONTRATADA.

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 1.682.500,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, quinhentos reais)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Com base nas diretrizes presentes na Lei nº 14.133/2021, a análise referente ao parcelamento ou não do objeto para a contratação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos destinados a atender as necessidades das Secretarias do Município de Tamboril-CE foi minuciosamente conduzida considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação da Divisibilidade do Objeto: Após análise técnica detalhada, identificou-



se que o objeto da licitação apresenta a possibilidade de divisão em lotes sem comprometer sua funcionalidade ou os resultados pretendidos pela Administração. A separação em fretamento de veículos de diferentes capacidades e locação de máquinas operacionais como a motoniveladora permite adequada resposta às variáveis demandas das Secretarias envolvidas.

- **Viabilidade Técnica e Econômica:** A divisão do objeto em lotes específicos para veículos e máquinas é tecnicamente e economicamente viável, possibilitando a manutenção da qualidade dos serviços a serem prestados. Esta estratégia assegura uma gestão eficaz, permitindo a contratação de fornecedores especializados no que tange a cada segmento da licitação.
- **Economia de Escala:** A formação de lotes foi cuidadosamente avaliada para garantir que o parcelamento não resultasse em prejuízo à economia de escala. Foi constatado que a segmentação em lotes, de fato, oferece benefícios econômicos por ampliar a competição e permitir a obtenção de propostas mais vantajosas financeiramente para a Administração Pública.
- **Competitividade e Aproveitamento do Mercado:** O parcelamento do objeto em lotes específicos promove uma maior competitividade, possibilitando a participação de um número mais amplo de fornecedores, inclusive de menor porte, que, de outra forma, poderiam ser preclusos de participar da licitação caso o objeto fosse ofertado de forma unificada. Esse aspecto está alinhado ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, fomentando o mercado local.
- **Decisão pelo Não Parcelamento:** Não se aplicou, visto que a decisão foi favorável ao parcelamento. A análise técnica e econômica demonstrou que a divisão não acarretaria prejuízos, resultando em benefícios como economia de escala ampliada, competição acirrada e participação de um leque mais diversificado de fornecedores.
- **Análise do Mercado:** Estudos complementares do mercado fornecedor de serviços de locação de veículos e máquinas operacionais indicaram que o parcelamento em lotes específicos está alinhado às práticas setoriais, maximizando o aproveitamento das condições competitivas existentes.
- **Consideração de Lotes:** A divisão do objeto em lotes considerou as necessidades específicas e o volume de serviços requerido por cada Secretaria, permitindo a inclusão de fornecedores que, individualmente, detêm capacidade para atender partes do total demandado, sem implicar em prejuízos à economia de escala ou à eficiência do processo licitatório.

Esta análise cuidadosa e baseada em dados concretos sobre o mercado, estudos de viabilidade e análises técnicas fundamentam solidamente a decisão de parcelar o objeto em lotes. Tais justificativas são cruciais para assegurar a transparência do processo e sua conformidade com normativas vigentes, além de facilitar a fiscalização posterior e a compreensão das decisões tomadas.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente processo de contratação para a prestação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos, destinados a atender as necessidades das Secretarias do Município de Tamboril-CE, está em pleno alinhamento com o Plano de Contratações Anual da Prefeitura Municipal de Tamboril para o exercício financeiro atual. A inclusão deste processo no Plano de Contratações Anual foi conduzida com



base na análise das necessidades previamente identificadas pelas Secretarias Municipais, notadamente pela Secretaria de Saúde, assim como por demandas pontuais identificadas por outras Secretarias Municipais, como Educação e Obras Públicas, que apresentaram a necessidade de locação de veículos e máquinas para o transporte escolar e para o apoio em projetos de infraestrutura.

A conformidade deste processo com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal evidencia-se por sua contribuição direta aos objetivos de promover melhorias na infraestrutura urbana e rural do Município e no transporte de pacientes que necessitam de tratamento especializado fora da cidade, garantindo, assim, o bem-estar da população e a eficiência na gestão pública. Esta contratação está, portanto, fundamentada em estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público envolvido e define sua melhor solução, conforme o inciso I do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a inclusão explícita deste processo no Plano de Contratações Anual assegura a observância ao princípio do planejamento, um dos pilares da Lei nº 14.133/2021, que preconiza a gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos, otimizando o atendimento das demandas municipais e promovendo o desenvolvimento local sustentável. Assim, confirma-se o alinhamento estratégico desta contratação com as diretrizes e metas estabelecidas pela Administração Pública Municipal de Tamboril para o referido exercício financeiro, garantindo a transparência, a legalidade e a obtenção do melhor resultado na aplicação dos recursos públicos.

10. Resultados pretendidos

A concepção dos resultados pretendidos com a contratação para a prestação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos, destinado a atender as necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE, está alinhada com os princípios e objetivos explicitamente delineados pela Lei nº 14.133/2021. Conforme estabelecido nesta lei, especificamente em seu Art. 11, o processo licitatório visa assegurar a seleção da proposta que gere o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos, além de incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Com isso, o presente estudo técnico preliminar identifica e fundamenta os seguintes resultados pretendidos para esta contratação:

- **Maximização da Economicidade e Eficiência:** Atingir o melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, reduzindo custos operacionais sem comprometer a qualidade dos serviços prestados, objetivando a maximização do retorno sobre os investimentos feitos pela Administração Pública, em conformidade com o princípio da economicidade estabelecido no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
- **Inovação e Desenvolvimento Sustentável:** Promover a locação de veículos e máquinas que apresentem inovações tecnológicas e sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento nacional sustentável. Isso envolve a adoção de tecnologias menos poluentes e mais eficientes, alinhadas com os requerimentos



de sustentabilidade e eficiência energética descritos no processo, o que reitera o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável previsto no Art. 11, inciso IV.

- **Equalização e Justiça na Competitividade:** Assegurar um processo de licitação justo e competitivo, dando oportunidade igualitária a todos os licitantes qualificados, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa sob uma avaliação objetiva, conforme o princípio da isonomia e o julgamento objetivo estipulados no Art. 5º e Art. 11, respectivamente.
- **Garantia de Qualidade e Conformidade:** Assegurar que a contratação cumpre com altos padrões de qualidade e está em conformidade com todas as regulamentações e normas pertinentes, garantindo a segurança, a eficácia e a eficiência dos serviços prestados às secretarias municipais atendidas, em alinhamento com o compromisso de garantir a execução contratual com eficiência, eficácia e efetividade, como expresso no Art. 11, parágrafo único.

A realização desses resultados encontra-se plenamente alinhada com o arcabouço legal fornecido pela Lei nº 14.133/2021, visando não apenas o atendimento das necessidades imediatas da Administração Pública, mas também promovendo um ambiente de contratação pública que valoriza a inovação, a sustentabilidade, a justiça competitiva e o desenvolvimento nacional. Tais objetivos corroboram com a direção estratégica pretendida para as contratações públicas, assegurando não somente a adequação legal e normativa, mas também a promoção de melhorias qualitativas e quantitativas substanciais para o Município de Tamboril-CE e seu povo.

11. Providências a serem adotadas

Para garantir o cumprimento eficiente e eficaz do contrato de locação de máquinas e fretamento de veículos destinados a atender às necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE, diversas providências deverão ser adotadas pela Administração Pública Municipal, a fim de assegurar a gestão adequada do contrato e a maximização do valor público, conforme delineado na Lei nº 14.133/2021.

- **Capacitação de Equipe:** Realizar treinamentos específicos para os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, visando fornecer-lhes conhecimentos técnicos necessários para a execução eficaz de suas funções, em consonância com os princípios da eficiência e da eficácia administrativa estipulados pela Lei nº 14.133/2021, art. 7º.
- **Monitoramento e Avaliação:** Implementar sistemas de monitoramento e avaliação contínuos para o acompanhamento da prestação dos serviços contratados, garantindo sua conformidade com as especificações técnicas definidas e com os requisitos de sustentabilidade e eficiência energética detalhados no Estudo Técnico Preliminar.
- **Desenvolvimento de Parâmetros de Desempenho:** Estabelecer indicadores de desempenho baseados em critérios claros e objetivos, permitindo a aferição contínua da qualidade e efetividade dos serviços prestados, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.
- **Elaboração de Plano de Risco:** Elaborar e implementar um plano de gerenciamento de riscos para prever e mitigar potenciais desafios e problemas que possam surgir durante a execução do contrato, incluindo ações preventivas e corretivas, conforme orientação do art. 12, X, da Lei nº 14.133/2021.



- **Canais de Comunicação:** Estabelecer canais de comunicação eficazes entre a Administração Pública, os fornecedores, e os usuários dos serviços, facilitando o registro e a resolução rápida de problemas e reclamações.
- **Instrumentos de Fiscalização:** Definir e disponibilizar instrumentos e ferramentas necessárias para a fiscalização contrato, assegurando o cumprimento dos termos contratuais e a identificação tempestiva de não conformidades.
- **Auditorias Periódicas:** Realizar auditorias periódicas durante o período de vigência do contrato para verificar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada, especialmente no que tange à eficiência e à sustentabilidade dos serviços prestados, promovendo a transparência e a accountability.
- **Revisão e Ajustes Contratuais:** Prever procedimentos para revisão e realização de ajustes contratuais necessários, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, visando a adaptação às mudanças de contextos e às necessidades da Administração Pública.
- **Gestão dos Impactos Ambientais:** Assegurar a implementação das medidas mitigadoras dos possíveis impactos ambientais identificados no Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com o art. 18, XII, da Lei nº 14.133/2021.
- **Registro e Documentação:** Assegurar o registro adequado e a manutenção de toda a documentação relacionada ao contrato, incluindo relatórios de fiscalização, comunicações oficiais e alterações contratuais, de forma a promover a segurança jurídica e a transparência.

12. Justificativa para adoção do registro de preços

A decisão pela não adoção do sistema de registro de preços para a contratação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos destinados a atender as necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE fundamenta-se estritamente nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais de licitação e contratação pública. Conforme determina o art. 82 dessa lei, o registro de preços é uma modalidade de licitação que deve ser utilizada em situações específicas, considerando as características do objeto a ser contratado e o interesse da Administração Pública.

Os principais aspectos que fundamentam a não adoção desta modalidade são:

- **Características específicas da demanda:** Os serviços de locação de máquinas e fretamento de veículos demandados pelo Município de Tamboril-CE apresentam uma natureza específica com necessidades pontuais e variações significativas em termos de quantidade e periodicidade, não se alinhando às características típicas de contratações contínuas ou frequentes que justificariam o uso do registro de preços.
- **Planejamento e demanda bem definidos:** A Administração Pública deste município tem um entendimento claro e um planejamento bem definido sobre as necessidades de locação de máquinas e fretamento de veículos, o que permite a realização de licitações específicas para cada demanda, garantindo assim, a contratação mais vantajosa baseada nas necessidades imediatas e concretas da Administração, conforme orienta o inciso I do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- **Economia e eficiência:** A realização de licitações específicas para cada contratação, neste contexto, demonstra-se mais econômica e eficiente, permitindo uma avaliação mais detalhada dos custos e dos benefícios de cada



proposta, conforme os princípios da eficiência e da economicidade previstos nos incisos XIII e XX da Lei nº 14.133/2021.

- **Complexidade e variação dos serviços:** A diversidade e a complexidade dos serviços de locação e fretamento demandados pelas secretarias municipais envolvem especificações técnicas e operacionais variadas que dificultam a padronização necessária para adotar o registro de preços como ferramenta de contratação, em consonância com as limitações estipuladas pelo art. 83 da referida lei.

Considerando essas justificativas, a Administração Pública de Tamboril-CE conclui que a não adoção do sistema de registro de preços para esta contratação específica está em plena conformidade com os objetivos e princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e o tratamento isonômico entre os licitantes, além de promover a eficiência e a economicidade na aplicação dos recursos públicos.

13. Da vedação da participação de empresas na forma de consórcio

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, especificamente em seus princípios e objetivos que regem as contratações públicas, posicionamo-nos contra a participação de empresas na forma de consórcio para este processo de contratação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos destinado a atender as necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE. A decisão por vedar a participação de empresas em consórcio baseia-se em múltiplos aspectos provenientes da legislação vigente, conforme detalhado a seguir:

- **Racionalidade e Eficiência da Gestão Contratual:** A administração pública, guiada pelo princípio da eficiência, conforme disposto no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, deve buscar as soluções mais vantajosas e economicamente viáveis. A participação de consórcios tende a complexificar a gestão e fiscalização dos contratos, contrariando o princípio da eficiência ao introduzir múltiplos agentes e possíveis interlocutores no cumprimento do objeto contratado.
- **Segurança Jurídica e Simplificação Processual:** Conforme os princípios da legalidade, impessoalidade e da segurança jurídica também estabelecidos no Art. 5º da citada lei, a simplificação dos processos licitatórios contribui para a transparência e a isonomia, reduzindo as chances de litígios e controvérsias judiciais. A vedação à participação de consórcios alinha-se a esses princípios ao promover uma relação contratual direta e simplificada com um único ente jurídico.
- **Agilidade nas Decisões:** Em consonância com o princípio da celeridade, a gestão de contratos com uma única empresa possibilita maior agilidade na tomada de decisões e na execução de ajustes contratuais necessários. Interagir com consórcios pode acarretar em demoras devido à necessidade de consulta interna entre os consorciados para aprovação de qualquer alteração.
- **Conformidade com a Natureza do Objeto Contratado:** Analisando a especificidade e a essencialidade do serviço a ser prestado, como definido nos incisos II e III do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que trata dos requisitos da contratação e do levantamento de mercado, evidencia-se que a natureza dos serviços de locação de máquinas e fretamento de veículos demanda um controle operacional e logístico direto, que poderia ser comprometido pela estrutura organizacional



fragmentada de um consórcio.

- **Concentração da Responsabilidade:** Embora a lei permita a participação de empresas em consórcio sob condições específicas, regulamentadas no Art. 15, a concentração da responsabilidade em um único contratado facilita a atribuição de responsabilidades contractuais e a aplicação de sanções, se necessárias, assegurando maior efetividade no cumprimento das obrigações.

A luz dos argumentos expostos e embasados nos dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021, concluímos pela vedação da participação de empresas em forma de consórcio neste processo de contratação específico, visando assegurar a eficiência administrativa, a segurança jurídica, a agilidade processual, a clareza na gestão contratual e o alinhamento com os objetivos estratégicos do Município de Tamboril-CE.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

A contratação para prestação de serviços de locação de máquina e fretamento de veículos, destinados a atender as necessidades das secretarias do Município de Tamboril-CE, incorre em possíveis impactos ambientais que exigem um planejamento cuidadoso para sua mitigação. Conforme estabelecido no art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, é imperativo considerar os possíveis impactos ambientais da contratação e propor medidas mitigadoras adequadas. A seguir, apresenta-se o levantamento dos possíveis impactos ambientais decorrentes desta contratação e as respectivas medidas mitigadoras:

- **Emissão de Gases Poluentes:** Os veículos automotivos são fontes significativas de emissões de gases poluentes, como CO₂, NO_x, e partículas finas, contribuindo para o aquecimento global e poluição do ar.
 - **Medidas Mitigadoras:** Priorizar a locação de veículos com alta eficiência energética, preferencialmente veículos classificados com etiqueta A no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do INMETRO. Além disso, incentivar o uso de biocombustíveis ou veículos elétricos, quando possível, para reduzir as emissões de carbono. Realizar a manutenção preventiva dos veículos para garantir sua eficiência operacional e menor emissão de poluentes.
- **Consumo de Combustíveis Fósseis:** A dependência de combustíveis fósseis para a operação dos veículos locados implica na exploração de recursos naturais não renováveis, com impactos associados à extração e ao refino.
 - **Medidas Mitigadoras:** Encorajar a adoção de veículos com motorização flex ou elétricos, promovendo o uso de energias renováveis. Ademais, planejar rotas de transporte de forma a maximizar a eficiência do percurso, minimizando o consumo de combustível.
- **Impacto na Biodiversidade e Erosão:** A operação de maquinário pesado, como motoniveladoras, pode causar perturbação no solo, resultando em erosão e perda de habitat natural.
 - **Medidas Mitigadoras:** Planejar cuidadosamente as operações para minimizar o impacto físico no terreno. Implementar medidas de controle de erosão e sedimentação durante as atividades de terraplenagem e assegurar a restauração ecológica dos habitats impactados após a conclusão das obras.
- **Produção de Resíduos:** A manutenção e operação dos veículos e máquinas



podem resultar na geração de resíduos, incluindo peças usadas e óleo de motor.

- *Medidas Mitigadoras:* Garantir a adoção de práticas adequadas de gestão de resíduos, como a coleta seletiva e a reciclagem de peças e lubrificantes. Promover a utilização de produtos e serviços que incorporem políticas de logística reversa, conforme as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estas medidas alinham-se aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme preconizado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, visando não apenas a conformidade com a legislação, mas promovendo uma licitação responsável sob a ótica ambiental. O acompanhamento e a fiscalização da implementação destas medidas mitigadoras são essenciais para assegurar a minimização dos impactos ambientais ao longo de todo o período de contrato.

15. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Após uma análise minuciosa dos dados apresentados no Estudo Técnico Preliminar, considerando a jurisprudência estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, pode-se concluir pela viabilidade e razoabilidade da contratação para prestação de serviços de locação de máquinas e fretamento de veículos destinados a atender as necessidades das secretarias do município de Tamboril-CE.

De acordo com o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a necessidade de um Estudo Técnico Preliminar detalhado para fundamentar o planejamento das contratações públicas, este documento permitiu não apenas compreender a necessidade da contratação, mas também justificar a escolha da solução proposta com base na análise de mercado, na estimativa do valor da contratação e no levantamento das quantidades a serem contratadas considerando a potencial economia de escala.

O levantamento de mercado demonstrou que a solução proposta é compatível com as práticas de mercado e atende aos requisitos de sustentabilidade e eficiência energética exigidos, alinhando-se assim, ao art. 12, que reforça a observância ao desenvolvimento nacional sustentável. A análise dos custos, fundamentada no §1º do art. 23 desta Lei, assegura que o valor estimado para a contratação é coerente com os preços praticados pelo mercado, garantindo a economicidade e a eficiência no uso dos recursos públicos.

A decisão pela não adoção do sistema de registro de preços, conforme mencionado no processo administrativo, está em harmonia com o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021, o qual estabelece os critérios para essa escolha. A análise realizada apontou para a especificidade da demanda e a conveniência de se realizar uma contratação direta para atender de forma eficiente e eficaz às necessidades das secretarias municipais, garantindo assim o melhor interesse público.

Com base no art. 11, que destaca os objetivos do processo licitatório, incluindo assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e promover o desenvolvimento nacional sustentável, é possível afirmar que a contratação proposta promove tais objetivos, uma vez que foi minuciosamente planejada para atender às demandas de



forma eficiente, sustentável e com o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

Ademais, a inclusão de requisitos específicos de sustentabilidade e eficiência energética para os veículos e máquinas a serem locados destaca a aderência desta contratação ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que preconiza o desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios norteadores das licitações e contratos administrativos.

Conclui-se, portanto, que a contratação projetada é não apenas viável tecnicamente e econômica, mas também se demonstrou a melhor opção disponível para atender as necessidades do Município de Tamboril-CE de maneira sustentável e responsável. Este posicionamento favorece o interesse público ao assegurar uma execução contratual vantajosa, alinhada às diretrizes legais e aos princípios da administração pública.

Tamboril / CE, 16 de abril de 2024

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Renato Mota Veras De Oliveira
RENATO MOTA VERAS DE OLIVEIRA
PRESIDENTE



**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20240205001**



TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE FAZEM ENTRE SI O(A) E XXXXXXXXXXXXX.

O(A) , com sede no(a) , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o , neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) ANTONIO RÔMULO NAVONE ARAUJO VERAS, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF/CNPJ XXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXXXXXX, portador(a) do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº 20240205001 e em observância às disposições da Lei Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA E FRETAMENTO DE VEÍCULOS, DESTINADO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TAMBORIL-CE., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.



2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).



IV) Multa:

1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.

4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.

6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.

7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na



Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2.. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3.. Indenizações e multas.



13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos, na dotação:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tamboril para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.



**Prefeitura de
Tamboril**



[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-